

## ENTREVISTA/ CONVERSA com José Simões Belmont Pessôa

Conduzida por Renata Molder Araujo\*



Arquitecto José Simões Belmont Pessôa

O arquitecto José Simões de Belmont Pessôa é especialista em restauração e conservação de monumentos e sítios, pela Universidade Federal da Bahia/Unesco, e Doutor em Planeamento Urbano e Regional, pelo Instituto Universitário de Arquitectura de Veneza. Trabalhou no Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional do Brasil de 1980 a 2002, nomeadamente na área de estudos para classificação dos monumentos brasileiros. Participou da equipe que elaborou o dossier de Diamantina para a Unesco e a candidatura

---

\* Professora Auxiliar, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Algarve, Portugal

do Rio de Janeiro. Foi também Superintendente Regional do IPHAN no Rio de Janeiro e Espírito Santo, 1998/2001. Desde 2002 é professor na Escola de Arquitectura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense.

**A questão em causa, e sobre a qual vamos conversar, são as cidades brasileiras património da Humanidade. Antes de começar: O que pensas do conceito de “património da Humanidade”? Em que medida ele é eficiente? A sua identificação com sítios urbanos será mais ou menos interessante que com monumentos isolados? Será uma nova lista das maravilhas do mundo?**

Imagino que a ideia surgida na década de 1970 tivesse como objectivo apoiar a luta pela preservação dos diversos patrimónios nacionais ameaçados. Se olharmos para os primeiros eleitos nesta categoria encontraremos uma maioria de países do terceiro mundo, provavelmente com grandes problemas de legitimação interna na conservação do próprio património. O curioso disto tudo para mim é a coincidência com a globalização. Não é gratuita a associação que fazes com a lista das maravilhas do mundo, que por sinal terão o seu resultado sabido nos próximos dias em Portugal. Tudo acaba funcionando de modo meio mediático. E no final de contas a lista do Património da Humanidade vira mais um instrumento da espetacularização das nossas cidades. A eficiência dele é muito relativa, na medida em que no fundo é um título meramente simbólico. É sabido que os bens Património da Humanidade no Afeganistão e no Iraque foram depredados do mesmo modo. Por outro lado a visibilidade que o título oferece serve um pouco como inibidor das ações de depredação deste património em situações normais. Afinal a única sanção que a Unesco pode concretizar, isto é, a perda do título, acaba se afigurando como uma enorme vergonha que penso nenhum país quer sofrer. Quanto a identificação com os sítios urbanos acho que houve uma coincidência temporal entre o surgimento da ideia de Património da Humanidade e a valorização do Património Urbano como objecto em si de preservação. Isto, mais que uma escolha, foi o reconhecimento da demanda pela preservação de sítios urbanos que se difundiu um pouco em todos os cantos, pelo menos na perspectiva de quem trabalhava na área. Isto acabou por confluir numa grande quantidade de cidades, ou centros históricos, candidatos a Património da Humanidade.

**No Brasil, e tendo em conta os sítios urbanos, as escolhas da UNESCO recaem, maioritariamente, sobre exemplos fundados no período colonial (salvo Brasília, o que é interessante e já chegaremos).**

Para uma nação tão recente parece óbvio que se reivindique a categoria de “património” para o que ela tem de mais antigo, o que a identifica com o seu passado e com a sua herança, logo o seu património. Mas é interessante que, aparentemente, tenha ficado elidido na discussão e classificação internacional o facto de estes núcleos urbanos poderem ser legitimamente lidos como cidades de origem portuguesa, que o foram até a independência do Brasil. O que eu coloco não é a afirmação de qualquer identidade em si (portuguesa ou brasileira) que a priori devesse ser feita para os núcleos em causa (essa é uma outra questão), mas o facto de se classificar no fundo a obra da colonização, sem a referir sequer. Ou seja, é como se a UNESCO caucionasse o discurso identitário brasileiro que “deglute” (ou melhor que canibaliza) o período colonial, transformando em Brasil o que antecede o próprio Brasil. Mas a questão é: estariam os membros da UNESCO inocentes ou ainda mais “mal intencionados” (salvo seja)? Caucionava-se o Brasil e o seu passado, ou se caucionava efectivamente a obra europeia de colonização dos trópicos e a grande expansão do ocidente? O que é lido como “Património da Humanidade”, a síntese operada no novo mundo ou a projecção do velho?

As políticas de preservação no Brasil foram executadas até aos anos 1970 com a ideia de que os testemunhos da identidade brasileira seriam o passado colonial e o presente moderno, isto implicou de imediato no desinteresse pela conservação da arquitectura de final do século XIX e inícios do XX. Os bens brasileiros Património da Humanidade acabam por reflectir esta visão inicial. Entretanto, parece-me complicado tentar fazer leituras do que a Unesco gostaria ou não de caucionar. No caso é necessário vermos como estas candidaturas são encaminhadas. O que de facto foi aprovado, é o que foi encaminhado em cada caso. Nesse sentido é bem interessante fazermos uma breve análise das Cidades Brasileiras Património da Humanidade.

O Brasil cedo empenha-se no encaminhamento de candidaturas. As primeiras nomeações de Bens Património da Humanidade vão ocorrer em 1978, cabe chamar atenção para a presença de centros históricos nesta lista inicial (Quito no Equador; Cracóvia na Polónia, ). Dois anos depois já teremos a primeira cidade de fundação portuguesa, Ouro Preto. É sempre a Ouro Preto símbolo da identidade brasileira, que o modernismo exaltava desde a década de 1920. Ouro Preto como principal cidade da região setecentista do ouro nas Minas Gerais foi o centro da chamada Inconfidência Mineira, a revolta contra o fisco real, que será lida a partir do século XIX como o momento do nascimento da brasilidade e do sentimento de independência. Em paralelo ao reconhecimento destes movimentos sociais do setecentismo mineiro, a arquitectura produzida na região das Minas, e em especial em Ouro Preto, era vista pelos

estudiosos brasileiros como a materialização de uma autonomia plástica em relação a arquitetura reinol, como também àquela produzida no litoral brasileiro. Então toda a candidatura de Ouro Preto foi construída em torno da ideia de excepcionalidade daquele conjunto urbano, e da autonomia artística que resultou da referida síntese operada no Novo Mundo. Nas outras cidades o discurso incorpora a obra da colonização. Na candidatura de Olinda (1982) é exigida a vinculação a outros testemunhos das expansões portuguesas e espanholas. Salvador (1985) traz o discurso da síntese cultural (ameríndios, africanos e europeus) associada ao tema da descoberta do universo no renascimento. São Luís (1997), Diamantina (1999) e Goiás (2001) são propostas como adaptações de modelos europeus ao continente americano e portanto obras singulares. Brasília (1987), e não a toa, é o único exemplo que repete a ideia de Ouro Preto, uma candidatura como obra prima do gênio criativo humano. A distinção entre as duas candidaturas, Ouro Preto e Brasília, também é curiosa. Ambas se candidatam em 2 quesitos, o primeiro já referido, e o segundo – no caso de Ouro Preto ser testemunho de uma civilização não mais existente, no caso de Brasília ser testemunho de um determinado estágio da história. A ideia dos modernistas brasileiros do passado barroco como algo que não pertence mais ao nosso cotidiano continuou viva nas candidaturas para a UNESCO. Curioso é que o critério de ser um testemunho de uma civilização não mais existente, deve ter sido criado para abranger as obras da antiguidade (egípcios, caldeus, romanos), ou da América Pré-Colombiana (maias, incas), entre outros. Que os brasileiros proponham isto para o seu passado colonial, e que assim seja aceito pela UNESCO, me deixa muito intrigado.

**A pergunta anterior pode ser uma polémica meio estéril. Acho que o que me preocupa mais é no fundo a questão identitária em si. Com o que o Brasil se identifica, quer do ponto de vista externo, quer interno. Como o “mundo” vê o Brasil (e neste sentido a classificação da UNESCO é uma visão do mundo) e como o Brasil se vê a si próprio. A pergunta então é: O Brasil é reconhecido e se reconhece nestas “Cidades Património da Humanidade”?**

Acredito que sim, pelo menos no que diz respeito a segunda parte. Inegavelmente as Cidades Património da Humanidade são um sucesso de marketing. Os primeiros reconhecimentos geraram uma febre nos centros históricos brasileiros que passaram a querer pleitear candidaturas próprias. Penso que o processo de ocupação do território brasileiro e as cidades que

identificariam este processo, não estão inteiramente representados na actual lista. Estamos ainda na velha ideia de uma identidade construída entre o modernismo e a arte colonial. De outra parte porém a actual lista não é também tão canónica do que eu disse. Temos Goiás, um centro histórico que só foi reconhecido como tal pelo IPHAN muito tardiamente, e que se caracteriza pela absoluta simplicidade do seu conjunto edificado. Apesar disto e por isso mesmo, reconhecido como Património da Humanidade.

**Quanto ao reconhecimento interno destas cidades creio que temos muito que falar. Como vê o papel incontestavelmente pioneiro do IPHAN neste processo? Como e quando as cidades surgem no discurso do IPHAN? Como é a sua actuação? É justa a acusação de que o IPHAN preocupou-se sempre muito mais com os monumentos isolados do que com os conjuntos urbanos?**

Entendo que o IPHAN teve um papel pioneiro e bastante vanguardista na preservação de sítios urbanos. Desde o início da sua acção na década de 1930, foram classificados sítios urbanos – Ouro Preto e outras seis cidades mineiras. Portanto as cidades surgem no início da actuação do IPHAN.

Existe uma tendência hoje, no Brasil, de analisar esta primeira acção de classificação de sítios urbanos como consequência da vontade de garantir a preservação do contexto das edificações monumentais (igrejas, casas de câmara e cadeia, residências nobres). A cidade não teria sido preservada por um valor intrínseco a ela e sim por reunir um grande número de edificações monumentais. Discordo dessa posição. Primeiro por que mesmo que fosse verdade, ela em si já trazia uma total novidade, isto é, de considerar a arquitectura menor como elemento fundamental para a ambiência dos monumentos. Algo ainda impensado naquele momento (década de 1930), ou pensado por muito poucos, como Giovanonni na Itália. Segundo por que toda a actuação de conservação nos centros históricos classificados sempre incluiu as edificações mais populares, tratadas como um valor em si e não meramente como ambiente para um monumento próximo.

Quanto a última questão acho que ela deve ser repensado dentro do contexto histórico. Antes da década de 1960, o mundo inteiro só pensava na preservação dos monumentos isolados, neste sentido o IPHAN foi bastante pioneiro tendo já no início daqueles anos, 13 cidades classificadas. Talvez tenha sido muito pouco para o acervo urbano do Brasil, certamente foi muito para a época.

**O processo brasileiro é efectivamente ímpar e comporta uma série de dialécticas muito significativas. A primeira dialéctica é o grande dilema da contemporaneidade entre a renovação e a preservação que o Brasil vive com grande intensidade. E é a geração que prega o moderno que quer salvaguardar o “antigo”. Este aspecto é fundamental. Mas como este dilema se resolveu na prática? Como crês que a cultura urbana brasileira absorveu o discurso do património? Estará interiorizada a ideia de preservação de conjuntos, ou no fundo apenas se pensa em salvar o inevitável (as igrejas, os fortes, os grandes edifícios) e o resto pensa-se geralmente que se pode (e deve) transformar a bem das exigências actuais?**

A tua pergunta me suscita duas questões. A primeira é de como a geração que propunha a revolução modernista resolveu salvaguardar o antigo. Um parêntesis necessário é o de explicar que no Brasil os funcionários do IPHAN eram todos membros das vanguardas arquitectónicas e literárias. Os modernistas brasileiros tomaram de assalto a preservação do passado para construir o álibi do próprio projecto de futuro da nação. Neste sentido a classificação de sítios urbanos será sempre, nos primeiros tempos, daquelas pequenas cidades que estavam fora dos grandes eixos de desenvolvimento do País. Exemplar disto é Salvador, um dos centros históricos mais expressivos do País, e que só será classificado como conjunto urbano em 1959, isto é, 22 anos depois da criação do IPHAN. O problema de Salvador não era o reconhecimento de valor do seu conjunto urbano e sim, que, por se tratar de uma capital, era vista como lugar do desenvolvimento, da construção Brasil moderno, e portanto não cabia a preservação extensiva do seu conjunto urbano, só a preservação de monumentos isolados. A partir da década de 1960, o IPHAN muda a posição inicial e passa gradativamente a contemplar a classificação de áreas urbanas em grandes centros (Salvador, Belém, São Luís, Recife) e incluir também como objecto de preservação alguns sítios urbanos representativos do final do século XIX e início do XX (Petrópolis, Rio de Janeiro).

A segunda questão que considero importantíssima é como a cultura urbana brasileira absorveu o discurso da preservação. Penso, e não quero fazer apologia do melhor dos mundos, que hoje a ideia de preservação está difundida na cultura urbana brasileira, ou pelo menos em uma parte muito actuante dela. Porém quem hoje está na vanguarda da preservação no Brasil são os diversos Patrimónios Municipais. De facto, a cultura urbana brasileira, ou parte dela, absorveu o discurso do património e temos assistido a um multiplicar-se de acções de preservação nos grandes e nos médios centros (inclusive em alguns casos em pequenos centros também). Nunca se preservou tanto como

nos últimos anos. E o mais interessante é que o discurso vai além do possível valor artístico dos conjuntos urbanos. A questão agora é do ambiente construído. Um exemplo disto são as áreas de protecção do ambiente cultural do Rio de Janeiro (APACs). O que está em jogo nesta acção municipal não é o valor arquitectónico dos edifícios e sim o valor deles para garantir uma determinada qualidade de vida. Estas acções assumem, no meu entender, a preservação no seu real papel, isto é, como um instrumento de planeamento urbanístico. Uma parte dos planeadores cariocas criticam as APACs por serem acções da área de património e não do planeamento. Ora, o que eles teimam em não querer entender é que a acção do património é uma acção de gestão urbanística.

**Outra dialéctica de base é esse pensamento moderno da 1ª geração do IPHAN versus a circunstância política da ditadura ou como se manteve razoavelmente “independente” em meio aos discursos nacionalistas do Estado Novo, assim o grande equilíbrio não terá sido tanto em relação a visão da herança colonial mas à idealização do presente que então se vivia. Mas a pergunta era: Achas que O IPHAN tinha alguma visão ideologizada do Brasil? Ou o IPHAN, como queriam Mário e Rodrigo, foi descobrindo o Brasil?**

Acho que o IPHAN foi descobrindo o Brasil, a partir de uma hipótese de uma identidade única, aquela que unia o modernismo ao passado colonial. Se considerarmos que isto é verdade foi uma grande descoberta, caso contrário, serviu para deixar em segunda plano a diversidade cultural do país.

**Outra dialéctica directamente relacionada com a questão urbana é a eventual não ideologização, mas talvez “idealização” das vilas do interior versus o efectivo “desleixo” em termos de identificação do património urbano das cidades do litoral. Concordas com a visão que apresento no texto? Terão os modernos saudosamente (ou ingenuamente, ou espertamente) “romantizado” um passado rural para se contrapor ao frenesim urbano da sua própria cultura? Se é assim é interessante que tenham eleito “as vilas do interior” que é rural mas é o “urbano do rural”, se assim se pode dizer. Como se fossem a infância, milagrosamente preservada, das cidades modernas e em constante mutação em que eles viviam e em que nós continuamos a viver. E ao olhar para estas “vilas do passado”, o que se via? Projectava-se um imaginário colonial para um cenário do império (a arquitectura de quase todos os casos classificados é, na sua maioria, do século XIX). Terá sido assim ou estou exagerando?**

Não acho que a classificação de Ouro Preto e das outras cidades significasse tão somente a preservação de um passado rural. O texto, genial de Sérgio Buarque de Holanda sobre as cidades brasileiras não era considerado um consenso. Haja visto as posições em contrário de Paulo Santos (conselheiro do IPHAN, dos anos 1940 aos 1970) nos seus diversos textos. Acho que o passado foi sempre visto como um alibi para o futuro modernista – a “verdade” da arquitectura colonial a justificar a arquitectura modernista em contraponto a “falsidade” do ecletismo. É curioso que boa parte daquilo que se preservava como colonial, no caso dos sítios urbanos, era arquitectura do século XIX, mas que de todos modos tinha uma imagem muito próxima da arquitectura colonial. Penso que não havia uma negação do império brasileiro, que inclusive fazia parte desta identidade projectada pelos modernistas. O que se queria negar era a arquitectura eclética. Essa foi em grande parte banida dos centros históricos “coloniais”, através de operações de “restauração” que deram aos prédios aspecto colonial.

**Retomando o elo com o urbanismo português. O que tu achas que foi mudando entre a geração que via “desleixo” e “desordem” na urbanização do Brasil colonial e a de hoje? O que mudou? Queremos de facto saber mais? E já sabemos?**

Não sei se sabemos mais. O importante hoje é que nos permitimos a dúvida com relação a estes esquemas pré-estabelecidos. Acho que nos últimos anos se avançou nos estudos relativos a compreender a diversidade de situações do urbanismo dos séculos XVII e XVIII. Por outro lado o século XIX continua uma incógnita. Penso que a questão do desleixo e da desordem está superada e o discurso de um urbanismo regulado contrapõem-se hoje, à ideia de desleixo. Acho que temos muito mais a saber e a descobrir. Muito foi feito em torno das comemorações dos descobrimentos, mas os estudos sobre o urbanismo dos primeiros séculos no Brasil ainda estão nos seus primeiros passos. No fundo ainda persiste nos meios académicos brasileiros a ideia de considerar o início do planeamento urbano no Brasil no final do século XIX com a construção de Belo Horizonte. Este, séculos XIX e XX, acaba sendo o período de maior interesse dos estudiosos do assunto, e o objecto da maioria das teses. O panorama porém, começa lentamente a mudar. Na época do meu doutoramento na Itália organizei junto com o meu orientador, um Atlas de Centros Históricos Brasileiros, envolvendo pesquisadores de todos os cantos

do Brasil, na maioria ligados à actividade de preservação, e que finalmente será publicado este ano. Espero que contribua para despertar o interesse de novos pesquisadores, e principalmente ajudar a associar o conhecimento histórico à acção de preservação. O pouco conhecimento da história dos nossos sítios urbanos e da lógica geradora daqueles espaços tem levado via de regra a uma intervenção de preservação excessivamente cenográfica. Meu interesse pela história urbana é exactamente derivado da minha actuação na preservação de sítios urbanos. Sempre me pareceu que a resposta para muitas dúvidas na classificação e na gestão de conservação dos sítios urbanos poderia ser achada através de um conhecimento mais aprofundado da história. Conhecimentos que começam a ser desenvolvidos como a caracterização dos padrões de lotes urbanos coloniais, estudos rigorosos da evolução da forma urbana tem vindo a modificar a actuação conservativa nos nossos centros históricos, direccionando para uma perspectiva mais urbanística. Um dos grandes problemas na classificação de áreas urbanas no Brasil era o da sua delimitação. As cidades mineiras inicialmente classificadas, não haviam sido delimitadas quando da sua classificação. Isto somado ao carácter aberto e bastante dispersa da ocupação da cidade americana, principalmente dos centros menores, gerou uma série de impasses na definição da área sob tutela do IPHAN, principalmente naqueles centros que voltaram a viver surtos de desenvolvimento e portanto de expansão de suas áreas urbanas. Os estudos de história urbana tem sido um instrumento importante na solução destes problemas.

**Com esta viagem, aqui em Portugal, o que vês tu, em relação ao urbanismo realizado no Brasil? Mais identidades, ou menos?**

Na realidade o intuito da viagem foi o de reconhecer a experiência portuguesa na conservação dos centros históricos. Pensando em um património comum, isto é, o universo urbanístico português, e como este é tratado nos dois lados da Atlântico. No Brasil o IPHAN tem um longo percurso de actuação na cidade histórica. A experiência portuguesa foi mais concentrada no monumento. A legislação portuguesa também permite situações, como declarar *non-aedificanti* trechos de áreas envoltórias dos monumentos, que não ocorrem no Brasil. Pela nossa legislação só podemos vincular como *non-aedificanti* os terrenos privados, se estes forem desapropriados pelo Estado. A sensação de comparar as duas situações é de que no Brasil o Estado é mais

questionado em suas acções de preservação. O que estranhamente acaba por ter um aspecto positivo, na medida que exige dos técnicos uma fundamentação maior e uma selecção mais rigorosa do que deve ser classificado, e dos limites das áreas envoltórias dos monumentos.

Um aspecto que me chamou a atenção é a ideia difusa em Portugal de se privilegiar a requalificação do espaço urbano como alavanca da reabilitação dos centros históricos. As áreas públicas dos centros históricos portugueses são via de regra muito desenhadas pelos arquitectos. No Brasil inversamente pouca atenção se dá ao projecto do espaço público dos centros históricos. São Luís e Salvador são cidades em que este aspecto foi muito levado em consideração nas estratégias de reabilitação, mas em ambos com resultados bastante modestos. Nos centros menores, Tiradentes, em Minas Gerais, é o único caso que conheço, tendo sido uma experiência muito bem sucedida mas infelizmente isolada. Um problema que precisa ser reconsiderado é a tendência a negar a arborização oitocentista e novecentista dos centros históricos. Isto é muito forte em Portugal, e também tem sido uma tendência no Brasil (principalmente nos grandes centros).

Quanto às identidades, este é um problema que me fascina. As semelhanças são enormes, mas há porém uma singularidade que me remete sempre a viagem que Lúcio Costa fez a Portugal em 1948, comissionado pelo IPHAN para identificar as matrizes da arquitectura e do urbanismo colonial brasileiros. As matrizes não foram identificadas diante da constatação, presente num relatório que está publicado no livro autobiográfico de Lúcio Costa, de que tratam-se de artes independentes, isto é, manifestações distintas, do universo cultural português dos séculos XVI a XIX.

**Da tua experiência no IPHAN como é, na prática, a vivência da preservação dos centros históricos no Brasil? Em especial nas grandes cidades? Quais são os grandes problemas?**

O quotidiano da preservação nos centros históricos brasileiros enfrenta dois grandes inimigos.

O primeiro é o individualismo muito arraigado na sociedade brasileira que se opõe a acção de preservação, esta fortemente socializante. A maioria da população dos centros históricos coloniais classificados reconhece hoje essa classificação como um valor, inclusive económico. Estes porém mudam de opinião quando se trata dos seus próprios imóveis. Para eles é muito impor-

tante a cidade ser património nacional ou mundial, mas as próprias casas não tem valor nenhum podendo ser modificadas à vontade. Particpei na época em que era funcionário do IPHAN de duas reuniões em centros históricos classificados (Tiradentes em Minas Gerais e Cachoeira na Bahia) com as respectivas populações para discutir a acção de conservação. Em ambas fizeram-se enormes criticas à gestão de conservação, que impedia as transformações desejadas pelos moradores. Curiosamente quando levantávamos a hipótese de acabar com a classificação para que todos pudessem fazer o que quisessem com as próprias moradias, os mesmos imediatamente diziam que não, que não era isso que queriam, que sentiam muito orgulho das suas cidades serem centros históricos tutelados.

O segundo diz respeito a um problema geral do planeamento urbano brasileiro. Como gerir a preservação num contexto social de diferenças absurdas? Como falar em preservação da arquitectura para populações que tem dificuldade de garantir a sua sobrevivência quotidiana? Como garantir a ambiência de monumentos onde impera a construção informal?

Nos grandes centros há de um lado a pressão do capital imobiliário pela renovação das áreas antigas e em contrapartida uma difusa demanda pela preservação. Desde o final dos anos 1970 que as populações dos grandes centros urbanos tem se movimentado pela preservação dos mais variados testemunhos arquitectónicos. As associações de moradores tem tido um papel fundamental neste processo, cobrando do Estado um maior empenho na preservação das áreas urbanas antigas. Recentemente no Rio de Janeiro, foi o movimento dos moradores que impediu a descaracterização do classificado Parque do Flamengo, por conta da implantação de equipamentos destinados a abrigar actividades dos Jogos Pan-Americanos.

**Voltando ao tema inicial: em que medida o “selo” da UNESCO ajuda a preservação, ou traz mais problemas (turismo, por exemplo)? O que achas dos vários pedidos de classificação que continuam a ser feitos?**

Na minha opinião, o selo ajuda a preservação. Não tanto pelo selo em si mas principalmente pelo processo da candidatura, que tem sido exigido para sua aprovação, o envolvimento dos moradores destas cidades. Isto tem permitido em alguns casos um clima muito propício de colaboração entre IPHAN e as populações afectadas pela classificação. Goiás é o melhor exemplo brasileiro

neste sentido. Há também o factor da auto-estima a ser ponderado. Quanto ao turismo não conheço estudos que avaliem se houve uma mudança substancial desta actividade nas cidades que se tornaram património da humanidade. Naquelas em que isto sabidamente mudou, como no Centro Histórico de Salvador em que a reabilitação vocacionou a área de modo monofuncional para o turismo, não podemos relacionar isto com o facto da cidade ter-se tornado património da humanidade.

O problema disto tudo é que não podemos candidatar para Unesco o inteiro património classificado brasileiro. O que é necessário é a valorização da acção federal, estadual e municipal na conservação deste património.

O Brasil nunca estabeleceu uma política clara em relação ao que deveria ser encaminhado a Unesco. A maior parte dos casos foi resultado de iniciativas localizadas. Talvez isto explique um pouco a preponderância das cidades nos bens encaminhados a Unesco, são mais fáceis de atrair um maior envolvimento político nas respectivas candidaturas. Hoje são 17 bens no Brasil considerados Património da Humanidade: 9 culturais e 8 naturais. Dos nove culturais só dois não são cidades, O santuário de Congonhas do Campo e os Sete Povos das Missões. Estes na realidade são as excepções que confirmam a regra, notadamente pela forte valência urbana implícita em ambos: O santuário é um pedaço fundamental da cidade de Congonhas e as ruínas das Missões tem muito do seu valor ligado às cidades que um dia já foram.

Existem candidaturas de monumentos isolados no Brasil: o Mosteiro de São Bento e o prédio do antigo Ministério da Educação e Cultura, ambos no Rio de Janeiro; os prédios desenhados por Óscar Niemeyer no Bairro da Pampulha em Belo Horizonte; e um conjunto de conventos franciscanos em várias cidades do Nordeste do País. Nelas continua a ideia da excepcionalidade do barroco (mosteiro e conventos) e do modernismo brasileiro (Ministério e prédios na Pampulha).

Além destas existem duas outras candidaturas envolvendo cidades ou parte delas: Parati e a Paisagem cultural do Rio de Janeiro. Parati vive o problema de demonstrar qual o sentido que teria se classificar mais um centro histórico colonial brasileiro. O Rio de Janeiro, que tem uma paisagem sem sombra de dúvidas excepcional, vem fazendo tentando rediscutir o conceito de paisagem cultural, no âmbito do território americano.